

amc

Substitutivo de Cabral amplia os poderes da CPI

BRASÍLIA — O substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), dará às Comissões Parlamentares de Inquérito do Poder Legislativo os mesmos poderes que qualquer autoridade judicial tem para investigar. A informação é do Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos Relatores Adjuntos.

Qualquer CPI poderá requisitar documentos e convocar depoentes — que terão a obrigação de comparecer ao Congresso, como acontece hoje. Mas só o Congresso, como instituição, terá poderes para provocar um ato que ultrapasse o efeito político, como a suspensão de uma obra.

Das dez Comissões Parlamentares de Inquérito aprovadas pela Câmara e pelo Senado, apenas duas deverão apresentar resultados ainda este ano. Mesmo assim, como ressaltou o Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Relator da CPI da Ferrovia Norte-Sul — uma das que deverão concluir os trabalhos —, elas só poderão gerar “um efeito político”, sem consequências práticas.

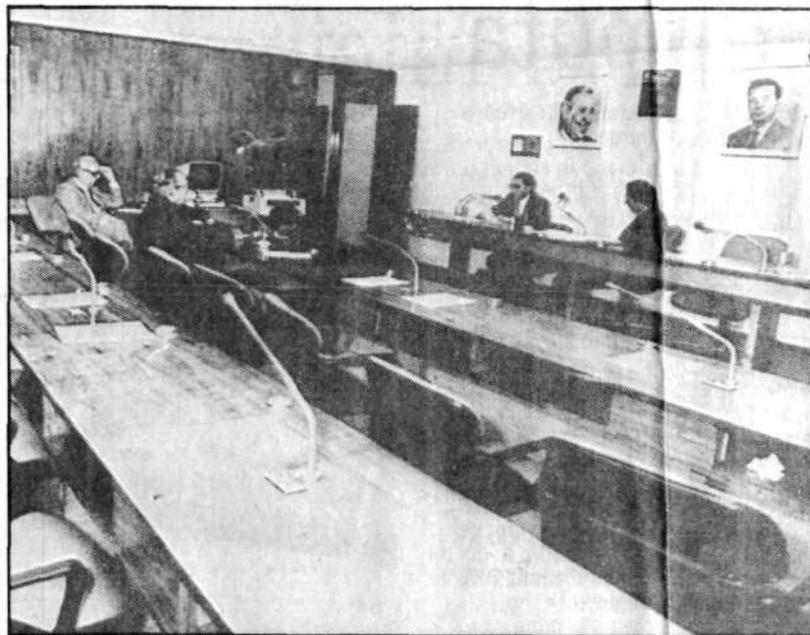
— Se a Ferrovia Norte-Sul tivesse sido iniciada, mesmo que a CPI acabasse por considerá-la inviável, na atual conjuntura da economia brasileira, não teríamos poderes

para sustar as obras — afirmou.

Dois bons exemplos disso foram a CPI das polonetas — que investigou o pagamento de comissões nas relações comerciais com a Polónia — e a da Coroa-Brastel. Em ambos os casos, as irregularidades denunciadas foram devidamente apuradas e apontada uma série de personalidades envolvidas que deveriam responder a inquérito judicial. A documentação foi enviada à Procuradoria Geral da República, mas nenhuma providência foi tomada.

Por isso mesmo, Mansueto de Lavor espera que a Constituinte resolva esta questão. Para ele, trata-se de um problema de relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo. Em sua opinião, os excessivos poderes constitucionais do Presidente da República o tornam um imperador, que pode adotar qualquer medida contra a população e ficar impune.

A CPI da Ferrovia Norte-Sul foi instalada pelo Senado em junho. O prazo final seria 17 de agosto, mas foi prorrogado para 18 de outubro, para que o Relator possa recolher mais elementos para fundamentar sua decisão. Esta CPI tem o objetivo de estudar a viabilidade da ferrovia e as denúncias de fraude na concorrência para a escolha das empreitei-



O Ministro Vicente Fialho presta seu depoimento no Senado quase vazio

ras que realizariam a obra.

Ainda deverão ser ouvidos, a 11 de setembro, os Ministros dos Transportes, José Reinaldo Tavares, e do Planejamento, Aníbal Teixeira. Outros quatro depoentes foram convo-

cados, mas apenas um atendeu. Isa Rondon, ex-funcionária da Portobrás, justificou sua ausência pela falta de tempo e de condições para comparecer ao Senado, por ter sido convocada “em cima da hora”. Ger-

aldo Félix de Souza, Secretário de Transportes de Goiás, não compareceu porque já estava comprometido com um simpósio sobre transportes que estava sendo realizado em Brasília. Alberto Momma, Coordenador de Assuntos Econômicos do Ministério da Agricultura, também não compareceu, alegando falta de tempo. O único a atender à solicitação da CPI foi o ex-Deputado Vasco Neto.

Outra CPI prestes a acabar é a que investiga as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste. O prazo termina a 9 de setembro. Ontem foi ouvido o Ministro da Irrigação, Vicente Fialho, e ainda falta acertar o depoimento do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. O Relator é o Senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) e o Presidente, o Senador José Agripino (PFL-RN).

Há ainda duas Comissões Especiais, designadas pelo Senado. Uma para acompanhar a negociação da dívida externa, outra para definir como serão as comemorações do centenário da República. Nenhuma delas tem prazo para terminar.

A Comissão da Dívida Externa, segundo o Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), funcionará enquanto estiver em negociação a dívida brasileira. Segundo ele, os trabalhos estão sendo desenvolvidos em duas vertentes: uma procura apenas acompanhar as negociações, outra faz o levantamento da composição da dívida.

— Já foi constatado que 1/4 de nossa dívida externa é causado pela elevação dos juros flutuantes, não há investimento desse total — explicou.

Os integrantes da Comissão Especial do Centenário da República ainda não foram designados.

A Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a importação de alimentos — aprovada pelo Senado — deverá ser instalada na próxima semana. Na Câmara, existem sete CPIs esperando a indicação dos integrantes pelas lideranças partidárias. Elas terão um prazo de 120 sessões, prorrogáveis por mais 60, depois de começarem a funcionar.